

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0027413

F
341.118
B823

IA INTERAMERICANA PARA
PAZ E DA SEGURANÇA NO CONTINENTE

DISCURSO

DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR

GENERAL EURICO GASPAR DUTRA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

F 350.003 5
D978d

F
341.118
B823

*DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
GENERAL EURICO GASPAR DUTRA, PRESI-
DENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS
DO BRASIL NA SESSÃO INAUGURAL DA CON-
FERÊNCIA INTERAMERICANA PARA A MA-
NUTENÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA NO
CONTINENTE*

MINISTÉRIO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
DEPARTAMENTO DE IMPRIMERIA	
FOLHETO	
NÚMERO	DATA
F4188	21/8/56

“Apresento-vos, Senhores Delegados, as cordiais boas vindas do Governo e do Povo do Brasil. É desejo meu, igualmente, manifestar a satisfação e o justo orgulho com que nós, brasileiros, vimos o nosso país escolhido para reunir esta Conferência. Fazemos votos para que, numa agradável permanência entre nós, possais levar a bom termo os vossos trabalhos.

Diante de vós vem-me à lembrança, neste momento, aquêlê Congresso de povos americanos, sonhado por Bolívar. O homem que, num instante de pessimismo, receava ter “arado no mar”, semeou, na realidade, em terra fértil. A partir do Congresso do Panamá, através de provocações e desfalecimentos — contingência de tôda obra humana no caminho da perfeição — o pan-americanismo avançou, ganhou alento, para culminar, nesta reunião, na mais significativa de suas manifestações. Aqui se encontram as Repúblicas Americanas, reunidas em sociedade de nações livres, soberanas e independentes, mas ligadas por laços íntimos de solidariedade e pelo propósito comum de forjar um instrumento de ação que lhes assegure os benefícios da paz em que têm vivido.

Recordemos o caminho percorrido: no seu lento trabalho de criação jurídica e política, as Repúblicas Americanas já adotaram para o futuro Código de Direito Público da América o principio da igualdade jurídica dos Estados; a proscrição da guerra como instrumento e política; o não-reconhecimento das conquistas realizadas pela força; a não-intervenção dos Estados nos negócios internos uns dos outros; o arbitramento como meio de solução de disputas inter-

nacionais; o reconhecimento de que tôda guerra ou ameaça põe em perigo os princípios de liberdade e justiça, norma política da América.

E para coroar essa obra, para dar sentido prático a essas regras de boa convivência, a América rematou-as, em hora cheia de perigos, com a declaração da solidariedade coletiva em face de qualquer agressão contra Estados dêste Continente.

É a essa declaração de solidariedade, Senhores Delegados, que sois chamados a dar forma contratual e força executória, consubstanciando-a no texto de um pacto de defesa continental.

Não creio supérfluo manifestar aqui o quanto o Brasil se sente feliz em hospedar uma Conferência animada de tais propósitos. Há quase sessenta anos, antecipando-se, portanto, de muito ao Pacto de Paris, o Brasil, que já proscreeva a guerra dos seus costumes, também a proscreeu por suas leis. O preceito veio de nossa primeira Constituição Republicana e, na atual, é reiterado nos mesmos termos. Fomos dos primeiros a aplicar o arbitramento como meio de solução de nossas pendências externas, e, se recordo êsses antecedentes conhecidos, é apenas no intuito de acentuar que o Brasil tem bons motivos para cooperar sinceramente na formulação de uma política que vise à preservação da paz neste hemisfério.

Deliberou-se em Chapultepec que tal objetivo só pode ser atingido, no que tem de mais imediato, por meio das garantias de um Pacto de Segurança coletiva contra a agressão. Evoluindo assim, em nosso plano regional, da neutralidade passiva para a reação ativa contra o agressor, as Repúblicas americanas estarão traduzindo, em termos de política prática, o princípio de que, numa sociedade internacional organizada, como doutrinava Rui Barbosa, não há lugar para a neutralidade entre o direito e o crime.

Tem-se dito que a guerra, como fato social, deve ser tratada, à maneira das doenças, com medidas de prevenção e não de repressão. Sabemos todos que para acabar com a guerra, não basta torná-la ilegal, é preciso também eliminar a possibilidade do seu surgimento, atingindo-a nas suas causas complexas e profundas.

Cumpra à América, Senhores Delegados, desempenhar nessa obra o papel que lhe é destinado pela geografia e pela história. Membros das Nações Unidas, com atuação nos seus órgãos técnicos, aos quais incumbe distribuir Justiça, orientar a educação, velar pela saúde e ordenar o comércio e a economia dos povos, — devemos nós contribuir, cada qual com o nosso quinhão, para organizar um mundo melhor, no qual os Estados, nas matérias que transcendem do seu interesse doméstico, cedam de sua liberdade de ação em benefício da comunidade de que participam. É lícito esperar que, dentro dêsse quadro, mercê de uma ordem social mais justa, — onde o homem exerça de fato a plenitude dos seus direitos individuais, sem mais limitações que as impostas pelo bem público, — não haja clima para idéias de conquista, e de expansão a expensas de outros povos.

Como não logrou ainda o Mundo realizar a sua unidade moral (e, conseqüentemente, as normas jurídicas de convivência internacional não se impõem, com o mesmo rigor, à observância de todos os Estados) — restará às Repúblicas americanas o recurso de descoroçoar a agressão pela advertência de sua solidariedade coletiva em face do agressor.

É a lição que se colhe dos projetos submetidos aos vossos estudos. As obrigações que consagram se revestem do cunho altamente moral. Como, na sociedade privada, o individuo participa das vantagens que o Estado lhe proporciona e dos deveres que lhe impõe, — assim também, na sociedade internacional, cada Estado terá a sua parte de responsabilidade

na defesa e na preservação da paz e da ordem, que são bens comuns.

O ideal seria que a adoção dessas obrigações de solidariedade se concretizasse no plano de uma federação universal, tema que desafia há séculos, a boa vontade e a diligência dos homens. A experiência da América vem demonstrar, entretanto, que, partindo do sistema de acórdos regionais, poder-se-á chegar à efetivação, no plano universal, das normas de pacífica coexistência dos povos. É a perspectiva que a Carta das Nações Unidas abre ao mundo no futuro, com o exemplo deste Continente.

As Repúblicas Americanas constituem, sem dúvida, modelo para construção de tal natureza. Somos, com efeito, uma comunidade de Estados autônomos e soberanos, cada qual com sua história e suas instituições próprias. Mas o nosso amor à paz e à justiça, o nosso apego tradicional à Democracia e os nossos hábitos de convivência levam a congregar-nos na vida internacional, em torno de princípios e idéias, que são a nossa força espiritual comum.

Vamos progredindo, cada dia que passa, no caminho do aperfeiçoamento das normas de nossa existência coletiva e da fidelidade à observância dos seus mandamentos. São dois esforços correlatos, que põem à prova, e um tempo, a sabedoria e a probidade política do homem americano.

Confio em que os vossos trabalhos colocarão as atuais gerações à altura de suas responsabilidades históricas para que, amanhã, se possa dizer da América que sabe pautar os atos de sua política pelos princípios de sua doutrina”.

*DISCURSO DE SU EXCELENCIA EL SEÑOR GENERAL
EURICO GASPAS DUTRA, PRESIDENTE DE LA
REPÚBLICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL,
EN LA SESIÓN INAUGURAL DE LA CONFERENCIA
INTERAMERICANA PARA EL MANTENIMIENTO
DE LA PAZ Y LA SEGURIDAD DEL CONTINENTE*

Señores Delegados,

Sean mis primeras palabras para daros la cordial bienvenida del Gobierno y del pueblo del Brasil. Deseo igualmente hacerme intérprete del placer y justo orgullo con que nosotros, los brasileños, vemos a nuestro país elegido para sede de esta Conferencia.

Hacemos votos para que tengáis agradable permanencia entre nosotros y para que podáis llevar vuestros trabajos a feliz término.

Al encontrarme hoy ante vosotros, me viene a la memoria aquel Congreso de pueblos americanos, con el cual soñaba Bolívar. El hombre que, en un momento de pesimismo, temía haber "arado en el mar", sembraba, en realidad, en tierra fértil. A partir del Congreso de Panamá, entre penurias y desfallecimientos, que son la contingencia de toda obra humana en el camino de la perfección — el panamericanismo avanzó, tomó impulso, se perfeccionó, para culminar, en nuestro tiempo, en la más trascendental de sus manifestaciones.

Aquí se encuentran las Repúblicas Americanas reunidas en sociedad de naciones libres, soberanas e independientes, pero vinculadas por lazos de íntima solidaridad y por el común propósito de forjar un instrumento de acción, que les garantice los beneficios de la paz en que han vivido.

Si nos detenemos, ahora, para mirar el camino recorrido, vemos que, en su lento trabajo de creación jurídica y política, las Repúblicas Americanas ya adoptaron para el futuro Código de Derecho Público de América el principio de la igualdad jurídica de los Estados; la proscripción de la guerra

como instrumento de política; el no reconocimiento de las conquistas realizadas por la fuerza; la no intervención de los Estados en los asuntos internos de los otros; el arbitraje como medio de solución de conflictos internacionales; el reconocimiento que toda guerra o amenaza de guerra pone en peligro los principios de libertad y justicia, norma política de América.

Y para coronar esta obra, para dar sentido práctico a esas reglas de buena convivencia, América, las selló, en horas llenas de peligro, con la declaración de la solidaridad colectiva frente a cualquier agresión contra Estados de este Continente.

Estáis llamados, Señores Delegados, a dar forma contractual y fuerza ejecutoria a esa declaración de solidaridad, consubstanciándola en el texto de un pacto de defensa continental.

No creo supérfluo manifestar aquí como se siente feliz el Brasil en hospedar una Conferencia animada de tales propósitos. Hace casi sesenta años, anticipándose, por lo tanto, en mucho al Pacto de París, el Brasil que ya había suscripto la guerra de sus costumbres, la proscribió también por sus leyes. La disposición venía de nuestra primeira Constitución Republicana, y la actual la ha reiterado en los mismos términos. Fuimos de los primeros en aplicar el arbitraje como medio de solución de nuestros litigios externos, y si menciono esos conocidos antecedentes, es sólo con el propósito de acentuar que el Brasil tiene buenos motivos para cooperar sinceramente en la formulación de una política destinada a la preservación de la paz en este Hemisferio.

Se acordó en Chapultepec que tal objetivo sólo puede ser alcanzado, en lo que tiene de más inmediato, por medio de las garantías de un Pacto de Seguridad colectiva contra la agresión. Evolucionando así, en nuestro plano regional, de la neutralidad pasiva hacia la reacción activa contra el agresor, las Repúblicas Americanas están traduciendo en

términos de una política práctica, el principio de que en una sociedad internacional organizada, como predicaba Ruy Barbosa, no hay lugar para la neutralidad entre el derecho y el crimen.

Se ha dicho que la guerra, como hecho social, debe ser tratada a la manera de las enfermedades, es decir, con medidas de prevención y no de represión. Todos sabemos que para suprimir la guerra no basta declararla ilegal, es preciso también eliminarla atacando las posibilidades de su estallido en sus causas complejas y profundas.

Le corresponde a América, Señores Delegados, desempeñar en esa obra el papel que le está destinado por la geografía y por la historia. Como miembros de las Naciones Unidas, con actuación en sus órganos técnicos, a los cuales corresponde distribuir justicia, orientar la educación, velar por la salud y ordenar el comercio y la economía de los pueblos, debemos contribuir cada cual, con su aporte, para la estructuración de un mundo mejor, en el cual los Estados, en las materias que van más allá de su interés doméstico, cedan parte de su libertad de acción en beneficio de la comunidad a que pertenecen. Esperemos que dentro de ese marco, gracias a un orden social más justo, donde el hombre ejerza de hecho la plenitud de sus derechos individuales, sin otras limitaciones que las impuestas por el bien público, no haya clima para ideas de conquista y de expansión, a expensas de otros pueblos.

Empero, como en los días que corren el mundo aún no logró realizar su unidad moral y, consecuentemente, las normas jurídicas de convivencia internacional no se imponen, con el mismo rigor, a la observancia de todos los Estados, restará a las Repúblicas Americanas, el recurso de deshauciar a la agresión por la advertencia de su solidaridad colectiva ante el agresor.

Es la lección, que se saca de los proyectos sometidos a vuestra consideración. Los deberes que entrañan esos

proyectos se revisten de un sello altamente moral. Así como en la sociedad privada, el individuo participa de las ventajas que el Estado le proporciona y de los deberes que le impone, así también, en la sociedad internacional, cada Estado tendrá su parte de responsabilidad en la defensa y preservación de la paz y del orden, que son bienes comunes.

Lo ideal sería que la adopción de las obligaciones de solidaridad se concretase en el plan de una federación universal, tema que desafía, hace siglos la buena voluntad y diligencia de los hombres. La experiencia de América demuestra, sin embargo, que partiendo de sistemas de acuerdos regionales, se podrá llegar, quizás, a la realización, en el plano universal, de las normas de coexistencia pacífica entre los pueblos. Es la perspectiva que la Carta de las Naciones Unidas abre al mundo, en el porvenir, con el ejemplo de este Continente.

Las Repúblicas Americanas constituyen, sin duda, un modelo para construcciones de tal naturaleza.

En efecto, nosotros somos una comunidad de Estados autónomos y soberanos, cada uno con su historia y sus instituciones propias. Pero nuestro amor a la paz y la justicia, nuestra adhesión tradicional a la democracia y nuestros hábitos de convivencia nos mueven a congregarnos, en la vida internacional, al rededor de principios e ideas, que son nuestra fuerza espiritual común.

Cada día que pasa, vamos progresando en el camino del perfeccionamiento de las normas de nuestra existencia colectiva y de la fidelidad en la observancia de sus mandamientos. Son dos esfuerzos correlativos, que ponen a prueba, a la vez, la sabiduría y la probidad política del hombre americano.

Confío en que vuestros trabajos colocarán a las generaciones actuales a la altura de sus responsabilidades históricas, para que se pueda decir, mañana, de América, que sabe ajustar los actos de su política a los principios de su doctrina.

*ADDRESS BY HIS EXCELLENCY GENERAL EURICO
GASPAR DUTRA, PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF
THE UNITED STATES OF BRAZIL, AT THE
OPENING OF THE INTER-AMERICAN CONFERENCE
FOR THE MAINTENANCE OF CONTINENTAL
PEACE AND SECURITY.*

Gentlemen and Delegates:

May my first words be to extend a cordial welcome to you in the name of the Government and the people of Brazil. I also wish to be the interpreter of the pleasure and justified pride which the Brazilians felt when their country was chosen as the site of this Conference. We hope that you have a pleasant stay among us and that you will be able to carry your work to a happy conclusion.

As I stand before you, there comes to my memory that Congress of the American peoples — the dream of Bolivar. The man who in a mood of pessimism, feared to have “plowed the seas”, was in reality sowing in fertile soil. From the Congress of Panamá, despite disappointment and discouragement — the inevitable lot of all human efforts on the road to perfection — Pan-Americanism has advanced, gathered strength and perfected itself to reach today the highest and most transcendental of its manifestations.

Here are assembled the American Republics which as a society of free, sovereign and independent nations, connected however by intimate bonds of solidarity and by the common purpose to conclude an instrument for action which will insure them the benefits of the peace in which they have lived.

If we glance back at the road we have travelled, we will see that in their slow progress towards juridical and political development, the American Republics have adopted for the future American Code of Public Law the following principles: juridical equality among the States; proscription of war as an instrument of policy; non-recognition of terri-

torial conquests obtained by force; non-intervention of States in the internal affairs of one another; arbitration as a means for the settlement of international disputes; acknowledgment that all war or threat of war endangers the principles of liberty and justice which constitute a political ideal in America.

To crown this achievement, to endow with practical sense these ideals of international intercourse, in an hour of deadly perils, America adopted a declaration on collective solidarity in the event of aggression against a continental State.

It is to give contractual form and executive power to that declaration of solidarity, by converting it into a pact of continental defense, that you, Gentlemen, have been summoned.

I do not believe that it is too much to say that the Brazilian Nation feels happy to shelter on its soil a Conference inspired by such purposes. Almost sixty years ago, a long time, therefore, before the Pact of Paris, Brazil, which had already renounced war as an instrument of policy, formally outlawed it. This decision dates from our First Republican Constitution, and with identical text is reproduced in the present one. We were also among the first to resort to arbitration for the settlement of our external disputes. If I remind you of these well known historical facts, it is merely to stress that Brazil has excellent motives for cooperating sincerely in the formulation of any policy which aims at peace in this hemisphere.

It was decided at Chapultepec that such a goal could only be attained, in its most urgent form, by means of guarantees provided in a Pact of Collective Security, against aggression. In this evolution of our regional plan from passive neutrality to active steps against an aggressor the American Republics will be translating into terms of practical policy the principle, as Ruy Barbosa once proclaimed, that

in an organized international society there is no place for neutrality between law and crime.

It has been said that war as a social fact should be dealt with in the same way as disease, by preventive rather than repressive measures. We know full well that for the ending of war more than outlawing it is necessary, it is also necessary to prevent the possibility its breaking out by striking at its deep and complex roots.

In this endeavour it is incumbent upon America to play the role which has been assigned to it by Geography and History. As members of the United Nations with an active part in its specialized agencies, which were created to do justice, to pave the road for education, to guard the health of peoples and to regulate their trade and economy, we must each of us contribute our share in the organization of a better world, in which the States in matters beyond their domestic interest, will sacrifice of their freedom of action for the good of the community of which they are a part.

Within the framework of a more just social order where man can enjoy his individual rights in their fullness without limitations other than those imposed by the public good — it is proper to expect that there will be no climate for ideas of conquest and for expansion at the expense of other peoples. As the world has not yet reached its moral unity — and consequently the juridical standards of international living are not applied with equal force by all States the discouragement of all aggression by reference to this collective solidarity in the presence of an aggressor falls upon the American Republics.

That is the lesson to be drawn from the projects submitted to you. The inner spirit of these projects reveals their high moral inspiration. As in private life the individual enjoys the privileges granted by the State and must submit to the obligations imposed by it, so in international society, each State must assume its share of responsibility in

the defense and preservation of peace and order — common benefits of all. The ideal would be that these obligations of solidarity be incorporated into a plan of world federation — a *desideratum* which for centuries has defied the good will and diligence of men. The experience of America has revealed, however, that it is possible by starting with regional agreement to reach, on a universal plan, agreements on ideals for the peaceful intercourse of peoples. That is the outlook which the Charter of the United Nations offers the world for the future, in the example of this Continent. The American Republics constitute undoubtedly a model for structures of this kind. We are, indeed, a community of autonomous and sovereign States, each with its own history and institutions. In spite of these differences, our love for peace and justice, our age-old adherence to Democracy and our traditions of goodneighborliness have led us in our international life, to rally around principles and ideas which constitute our common spiritual strength.

We are marching forward, day by day, on the road to the perfection of our rules for collective living and of the faithful observance of their commandments. These are two inter-related efforts which challenge, at the same time, the wisdom and political integrity of the American man.

I trust that your endeavours will raise the generations of today to the level of their historical responsibilities, so that tomorrow it can be said that America knows how to direct its political acts in accordance with its doctrine.

*DISCOURS DE SON EXCELLENCE MONSIEUR LE
GÉNÉRAL EURICO GASPAR DUTRA, PRÉSIDENT
DE LA RÉPUBLIQUE DES ÉTATS UNIS DU BRÉSIL,
À LA SESSION INAUGURALE DE LA CONFÉRENCE
INTERAMÉRICAINNE POUR LE MAINTIEN DE LA PAIX
ET DE LA SÉCURITÉ CONTINENTALES*

Messieurs les Délégués :

Que mes premières paroles soient pour vous souhaiter la cordiale bienvenue du Gouvernement et du peuple du Brésil. Je désire également me faire l'interprète du plaisir et du juste orgueil avec lesquels nous, Brésiliens, voyons notre pays choisi pour la réunion de cette Conférence. Nous formulons des vœux pour que vous jouissiez d'un agréable séjour parmi nous et que vous puissiez mener à bien vos travaux.

De me retrouver aujourd'hui devant vous, me vient le souvenir de ce Congrès de peuples américains auquel songeait Bolivar. L'homme qui dans un moment de pessimisme craignait d'avoir "labouré la mer", semait, en réalité, en terre fertile. À partir du Congrès de Panama, à travers des épreuves et des découragements — qui sont la contingence de toute œuvre humaine, sur le chemin de la perfection — le panaméricanisme avança, prit de la force, se perfectionna, pour culminer, aujourd'hui dans la plus transcendente de ses manifestations. Ici, se recontrent les Républiques Américaines, réunies en société de nations libres, souveraines et indépendantes, mais unies par des liens intimes de solidarité et par le but commun de forger un instrument d'action qui leur assure les bénéfices de la paix pour laquelle ils ont vécu.

Si nous nous arrêtons aujourd'hui pour regarder le chemin parcouru, nous verrions que, dans leur lent travail de création juridique et politique, les Républiques Américaines inscrivent, déjà, dans le futur Code de Droit Public

de l'Amérique, le principe d'égalité juridique des États; la proscription de la guerre comme instrument de politique; la non-reconnaissance des conquêtes réalisées par la force; la non-intervention des États dans les affaires intérieures les uns des autres; l'arbitrage comme moyen de solution des conflits internationaux; la reconnaissance de ce que toute guerre ou menace de guerre met en péril les principes de liberté et de justice, le principe politique de l'Amérique.

Et, pour couronner cette œuvre, pour donner un sens pratique à ces règles de bon voisinage, l'Amérique les compléta en une heure lourde de dangers, par sa déclaration de solidarité collective en face de toute agression, contre des États de ce Continent.

C'est à cette déclaration de solidarité, Messieurs les Délégués, que vous êtes appelés à donner une forme contractuelle et une force exécutoire, l'intégrant au texte d'un Pacte de défense continentale.

Je ne juge pas superflu de déclarer ici le bonheur que le Brésil éprouve à être l'hôte d'une Conférence animée de tels objectifs. Il y a près de soixante ans que, anticipant de beaucoup le Pacte de Paris, le Brésil, qui avait déjà proscrit la guerre de ses coutumes, la proscrivit aussi de ses lois. Le précepte datait de notre première Constitution Républicaine, et dans l'actuelle, il se répète en les mêmes termes. Nous avons été aussi des premiers à appliquer l'arbitrage comme moyen de solution de nos litiges extérieurs. Et, si je rappelle ces antécédents connus, c'est seulement dans le but de souligner que le Brésil possède de bons motifs pour coopérer sincèrement à l'établissement de toute politique visant à la préservation de la paix, dans cette hémisphère.

Il a été reconnu, à Chapultepec, qu'un tel objectif ne peut être atteint dans ce qu'il a de plus immédiat, qu'au moyen des garanties d'un Pacte de sécurité collective contre l'agression. Evoluant ainsi, dans notre plan régional, de la neutralité passive à la réaction active contre l'agresseur, les

Républiques américaines traduiront, en termes de politique pratique, le principe que, dans une société internationale organisée, comme disait Ruy Barbosa, il n'y a pas de place pour la neutralité entre le droit et le crime.

Il a été dit que la guerre, comme fait social, doit être traitée à la manière des maladies, par des mesures de prévention et non de répression. Nous savons tous, que pour mettre fin à la guerre, il ne suffit pas de la rendre illégale, il faut aussi l'éliminer des coutumes, l'atteignant dans ses causes complexes et profondes.

Il échoit à l'Amérique, Messieurs les Délégués, de remplir dans cette œuvre, le rôle qui lui est destiné par la géographie et par l'histoire. Comme membres des Nations Unies, ayant droit d'agir dans leurs organismes techniques, et avec la charge de distribuer la Justice, d'orienter l'éducation de veiller sur la santé et de régler le commerce et l'économie des peuples, nous devons contribuer, chacun dans la mesure de ses moyens, à l'organisation d'un monde meilleur, dans lequel les États céderaient, dans les matières qui surpassent leur intérêt particulier, de leur liberté d'action, au bénéfice de la communauté dont ils font partie. Il est à espérer que, dans ce cadre à la merci d'un ordre social plus juste, où l'homme exerce réellement la plénitude de ses droits individuels, sans autres contraintes que celles du respect dû au droit d'autrui, il n'y aura pas de place pour des idées de conquête et d'expansion, aux dépens d'autres peuples.

Mais, comme de nos jours le monde n'a pas encore réalisé son unité morale, et, conséquemment, que les normes juridiques de communauté internationale ne s'imposent pas, avec la même rigueur, à l'observance de tous les États, il restera aux Républiques américaines la ressource d'éviter l'agression par l'avertissement de leur solidarité collective, face à l'agresseur.

Telle est la leçon qui résulte des projets soumis à vos études. Les obligations qu'ils consacrent revêtent un caractè-

re hautement moral. De la même manière que, dans la société privée, l'individu bénéficie des avantages que l'Etat lui procure et des devoirs qu'il lui impose, dans la Société internationale, chaque Etat aura sa part de responsabilité dans la préservation de la paix et de l'ordre, qui sont des biens communs.

L'idéal serait d'inclure cette hiérarchie d'obligations de solidarité, dans le plan d'une fédération universelle, thème qui défie, depuis des siècles, la bonne volonté et la diligence des hommes. L'expérience de l'Amérique vient démontrer, cependant, que partant du système d'accords régionaux, il sera possible d'atteindre, peut-être, l'établissement, sur le plan universel, des normes de co-existence pacifique entre les peuples. Celle-ci est la perspective que la Charte des Nations Unies ouvre au monde futur, avec l'exemple de ce Continent.

Les Républiques Américaines constituent, sans doute, un modèle typique pour des constructions d'une telle nature. Nous sommes, réellement, une communauté d'Etats autonomes et souverains, avec chacun son histoire et ses institutions propres. Mais notre amour pour la paix et pour la justice, notre attachement traditionnel à la Démocratie, et nos habitudes de communauté nous inclinent à nous regrouper, dans la vie internationale, autour de principes et d'idées qui constituent notre force spirituelle commune.

Nous avançons, chaque jour qui passe, sur le chemin du perfectionnement, des normes de notre existence collective et de la fidélité à l'observance de ses commandements. Ce sont deux efforts corrélatifs, qui requièrent, en même temps, la sagesse et la probité politique de l'homme américain.

Je suis persuadé que vos travaux élèveront les générations actuelles à la hauteur de leurs responsabilités historiques, pour que, demain, il puisse être dit de l'Amérique, qu'elle sait baser les actes de sa politique sur les principes de sa doctrine.